4

Direção Espiritual e crescimento pessoal do ser humano

Ao longo desta pesquisa tivemos a oportunidade de observar o ser humano no contexto atual, fortemente marcado pelo individualismo e por certa insensibilidade para com o outro, características observadas igualmente na experiência eclesial contemporânea. Também fizemos considerações sobre a Direção Espiritual, sua história e seus métodos, procurando entender como ela pode auxiliar o ser humano em seu relacionamento pessoal com Deus. Em seguida, por se tratar de uma dissertação que tem por base a Antropologia Teológica, voltamos o olhar para a questão do conceito de pessoa, nas Escrituras, no Magistério eclesiástico, no desenvolvimento teológico e em ciências afins. Neste capítulo, nos propomos a olhar para a realidade da Direção Espiritual como o eixo articulador das dimensões estudadas anteriormente.

Para tanto, nos deteremos nos seguintes pontos: primeiramente, observaremos em que modalidades a Direção Espiritual se desdobra na pastoral atual. A seguir, refletiremos sobre a atitude da escuta, fundamental para o exercício da Direção Espiritual. Analisaremos como é possível compreender a Direção Espiritual como paternidade/maternidade espiritual. E por último, consideraremos aquele que nos parece o ponto chave de toda essa reflexão: a Direção Espiritual como um movimento de educação para a alteridade.

No segundo capítulo foram levantadas algumas perguntas sobre a validade ou a coerência da prática da Direção Espiritual em nossos dias. Sem a pretensão de esgotar o assunto, nos propomos a respondê-las, não de forma sistemática, mas contextual, de acordo com o desenvolvimento de nossa reflexão.

4.1.

A Direção Espiritual hoje

Diante do fato antropológico de que o ser humano precisa de auxílio para desenvolver suas potencialidades e seu ser pessoal, está clara para nós a necessidade da Direção Espiritual. No entanto, a exiguidade da prática e a relativização do senso de comunidade empreendida pela modernidade líquida põem em xeque a validade da mesma. Em que medida a ajuda que a Direção Espiritual pode oferecer é bem-

vinda, considerando a proclamação de autonomia do ser humano, tão defendida e propagada atualmente?

Buscando responder a esta pergunta, enumeraremos, a seguir, propostas de solução que atualizam o modelo tradicional da Direção Espiritual em formas que se adaptam às demandas que se apresentam à pastoral contemporânea.

4.1.1.

Modalidades de Direção Espiritual segundo G. Filoramo

Ao encerrarmos o breve percurso histórico e metodológico que nos apresentou a prática da Direção Espiritual¹⁶⁹, G. Filoramo elencou situações que, a seu ver, representam as modalidades por meio das quais ela é realizada hoje, modalidades estas atualizadas às circunstâncias do nosso tempo.¹⁷⁰ É sobre elas que deteremos nossa atenção neste ponto da pesquisa.

1. O primeiro item apresentado por G. Filoramo foi a *Direção Espiritual propriamente dita dos seminaristas e religiosos*. O modelo já é conhecido.¹⁷¹ Contudo, podemos modificar-lhe a ambiência. Em vez de se impor como uma exigência disciplinar e, por isso, extrínseca à formação presbiteral/religiosa¹⁷², pode-se pensar, logo no início da formação integral dos mesmos, em apresentar-lhes a essência da mensagem cristã, mostrando a necessidade humana de uma ajuda eficaz para a vivência da própria vocação. Ao mesmo tempo, podem se realizar conversas regulares dos formadores com os candidatos à vocação sacerdotal/religiosa demonstrando interesse em conhecê-los. À medida que esta conversa se desenrola, o formador pode provocar nos seminaristas a necessidade de ter um companheiro de viagem que os ajude a descobrir os caminhos pelos quais o Senhor os chama a trilhar. Com isso se passa de uma imposição jurídica e extrínseca para o reconhecimento de que se trata de uma necessidade antropológica básica. Sobre a importância da Direção Espiritual na vida dos seminaristas, afirma a *Ratio Fundamental*, documento da Congregação para o Clero sobre a formação sacerdotal:

¹⁶⁹ Cf. item 2.2 desta dissertação.

¹⁷⁰ FILORAMO, G. Introduzione. In: FILORAMO, G. (Ed.). Storia della Direzione Spirituale, vol. 1, p. 35.

¹⁷¹ FAVALE, A. A formação inicial dos candidatos ao presbiterado, p. 89 et. seq.

¹⁷² CIC 1983 cân. 239 § 2.

A direção espiritual é um instrumento privilegiado para o crescimento integral da pessoa. [...] O encontro com o Diretor Espiritual não deve ser ocasional, mas sistemático e regular; a qualidade do acompanhamento espiritual é, de fato, importante para a própria eficácia de todo o processo formativo.¹⁷³

Os formadores cuidem especialmente de advertir os seminaristas sobre o perigo de expor-se a qualquer pessoa, bem como de explicar-lhes a natureza do *foro íntimo* ou *interno*¹⁷⁴, ou seja, dos assuntos relativos ao âmbito privado da pessoa. Em resumo, o modelo que se deve evitar é o de fazer imposição de caráter meramente institucional, como se a vida da graça fosse uma exigência exclusiva do exercício prático, exterior, da vocação. Os candidatos à vida presbiteral/religiosa precisam ser ajudados a compreender que a prática exterior supõe vida interior, mas não pode condicioná-la, submetê-la, como uma exigência meramente formal, por exemplo, avaliando a qualidade da Confissão e da Direção Espiritual pela periodicidade com que é realizada.

2. O que se disse acima serve para o segundo aspecto mencionado por G. Filoramo, que é o da *formação permanente dos presbíteros*. Eis o que aponta o Diretório para o Ministério e a Vida dos Presbíteros:

Trata-se duma necessidade intrínseca ao próprio dom divino, que deve ser cotidianamente vivificado para que o presbítero possa responder adequadamente à sua vocação. Com efeito, enquanto homem historicamente situado, ele tem necessidade de aperfeiçoar-se em todos os aspectos da sua existência humana e espiritual, para poder alcançar aquela conformação com Cristo, que é o princípio unificante de tudo.¹⁷⁵

O mesmo tema é aprofundado pela *Ratio Fundamentalis* ao afirmar:

A formação permanente representa uma necessidade imprescindível na vida e no exercício do ministério de cada sacerdote; de fato, a atitude interior do sacerdote deve ser caracterizada por uma disponibilidade à vontade de Deus, seguindo o exemplo de Cristo. [...] A expressão “formação permanente” invoca a ideia de que a experiência unitária de discipulado daqueles chamados ao sacerdócio jamais se interrompe. O sacerdote, não somente “aprende a conhecer Cristo”, mas, sob a ação do Espírito Santo, ele encontra-se inserido no interior de um processo de gradual e contínua configuração a Jesus, no seu ser e no seu agir, que constitui um permanente desafio ao crescimento interior da pessoa.¹⁷⁶

O grande risco que todo presbítero corre é o de se pensar como alguém já formado, pronto, sustentado unicamente pela graça de Deus. Desta percepção decorrem muitas das principais quedas no exercício do ministério sacerdotal, desde as reações à incompreensão das suas atitudes pastorais até os desvios de conduta

¹⁷³ RF 107.

¹⁷⁴ SALVADOR, C. C.; EMBIL, J. M. U. Dicionário de Direito Canônico, p. 362.

¹⁷⁵ MVP 87.

¹⁷⁶ RF 56; 80.

moral e os decorrentes escândalos. Não é possível ao presbítero, como a nenhum cristão, trilhar sozinho o caminho de sua realização pessoal e de sua santificação. Por isso, ainda que não frequentando mais a Direção Espiritual, o que é lamentável apesar de não poder ser obrigatório, o presbítero pode e deve ser ajudado mediante encontros de formação que abordem temas pertinentes à sua evolução pessoal e ao dinamismo interno da opção assumida, seja ela diocesana ou religiosa.

É de fundamental importância a realização de retiros espirituais e encontros de formação, que devem, na medida do possível, ser construídos com a colaboração de um grupo de presbíteros, a fim de atender às demandas dos mesmos. Nos retiros, deve-se priorizar a dimensão da experiência mais que a reflexão intelectual. Nem sempre estas atitudes são bem vistas ou mesmo desejadas, porque se trata de um modelo historicamente cristalizado. Contudo, na medida em que se evolui neste sentido, acreditamos que, mesmo lentamente, as reações também podem ser transformadas. Aos responsáveis por esta elaboração não deve preocupar o efeito instantâneo, mas deve consolar a consciência de fazer o seu papel inspirados na necessária renovação interior, para que a Igreja possa colher frutos.

3. O terceiro aspecto diz respeito à *formação dos leigos na vida espiritual*. Neste ponto, o que foi dito acima sobre os presbíteros é aplicado aos leigos. Existem grandes dificuldades na formação espiritual dos leigos. Uma delas é o ritmo de vida atual, que acaba por impedir ou dificultar sua participação na vida de comunidade durante a semana. Mas também existe a falta de interesse de parte dos mesmos em sua própria formação. Muitos se colocam em posição passiva, apenas esperando receber conteúdos já prontos. Outros não manifestam interesse em aprofundar-se na fé que professam ou mesmo na relação com Deus, contentando-se em manter uma religiosidade básica, que atenda aos seus anseios imediatos. Neste ponto, um problema grave está no hiato existente entre a vida dos clérigos e a dos leigos, de modo que, por exemplo, os horários de atendimento ou das atividades pastorais diferem consideravelmente do cotidiano de quem trabalha ou estuda.

É urgente repensar a pastoral, não somente a partir do interno da Igreja, o que o Documento de Aparecida chama de pastoral de conservação¹⁷⁷, mas dos anseios e necessidades das pessoas, o que não significa render-se ao modelo desejado por elas. A experiência mostra que, quando bem feita, uma catequese ao mesmo tempo

¹⁷⁷ DAp 370.

sólida e respeitosa para com o ritmo dos fiéis estimula neles um autêntico desejo de aprender as razões da fé e de experimentar em seu íntimo o chamado que Deus lhes faz. Portanto, assim como no item anterior, não deve preocupar aos agentes de formação o resultado imediato das iniciativas pastorais, mas deve impeli-los a consciência de estar fazendo o possível no presente, pois “os que semeiam com lágrimas, ceifarão em meio a canções” [Sl 126(125),5].

4. Importante meio de dirigir espiritualmente os fiéis – e também os clérigos, na medida em que o acolham – é a *pastoral do Sacramento da Penitência*. Não há dúvida de que já não é mais possível separar a acusação da matéria a confessar do que é propriamente conteúdo de uma conversa de Direção Espiritual¹⁷⁸, seja pela complexidade que a vida dos fiéis assumiu, seja pela falta de formação específica para compreender essa diferença, ou principalmente pela aproximação que os conteúdos possuem entre si. Dessa forma, acolher uma pessoa para se confessar pode ser uma oportunidade enriquecedora para a escuta, para conhecer o seu íntimo, para ajudar tal pessoa a purificar o conceito de espiritualidade, entre outros.

Ora, só é possível fazê-lo se, primordialmente, os presbíteros dispõem de *tempo* para atender as pessoas, em dois sentidos, a saber: o *tempo quantitativo*, ou seja, ampliar o horário de atendimento, favorecendo o acesso das pessoas a ele; e o *tempo qualitativo*, dedicado única e exclusivamente, sem pressa, a cada pessoa que procure o sacramento. Horários de atendimento restritos ao expediente das secretarias paroquiais – que, por sua vez, também precisariam ser reformulados em virtude das demandas do ritmo atual de vida – comprometem este importante recurso de Direção Espiritual dos fiéis.

Além disso, é preciso ter disposição interior para acolher as histórias em sua complexidade. Isso não significa uma escuta passiva, mas atenta, disponível, disposta inclusive a corrigir e purificar o que não condiz ou com o momento ou com a perspectiva cristã. Tudo isso exige tempo e vontade. A pastoral do Sacramento da Reconciliação, se bem desenvolvida, pode ser um campo especialmente propício para o recomeço da sementeira do Evangelho nos corações, pois se trata de um contato individualizado que a pessoa tem com um mestre, interpretando e acolhendo a mensagem do Evangelho, que é dirigida a todos, na concretude de sua situação existencial.

¹⁷⁸ “Uma coisa é certa: o tempo de um limite claramente estabelecido que separe a confissão da orientação espiritual já se foi”. (PEIXOTO, C. H. “Entre o tribunal e o divã”, p. 71).

Uma dificuldade que se apresenta, contudo, é quando se percebem todos os aspectos da vida como situações de pecado. Não raro encontramos nas pessoas um forte sentimento de culpa nas situações vividas, mesmo que tecnicamente não se configure como culpa. A. Grün descreve o sentimento de culpa presente na mentalidade contemporânea da seguinte forma:

Hoje em dia, os psicólogos constataam que, se por um lado existe uma redução de consciência da culpa, por outro, há um aumento excessivo dos sentimentos de culpa. [...] Muitos sentimentos de culpa não expressam nenhuma culpa verdadeira, são muito mais expressões da falta de esclarecimento e pouca autoestima. Muitas pessoas sentem-se culpadas porque o próprio superego as acusa. [...] Como os sentimentos de culpa são sempre desagradáveis, as pessoas desenvolveram mecanismos para evitá-los. [...] Sob este ponto de vista é possível entender por que reprimimos nossa culpa. No entanto, isto leva ao entorpecimento da vida, à obsessão, à insensibilidade e à apatia. Os sentimentos de culpa reprimidos se expressam em irascibilidade, medo, irritação e obstinação. A perda da capacidade de percepção da culpa real, no fundo, significa a perda da humanidade.¹⁷⁹

Sendo assim, considerando que o Sacramento da Penitência se destina a acolher o pecador e a reconciliá-lo com Deus, o confessor deve ajudar a pessoa a discernir, pouco a pouco, o que constitui pecado e o que é somente matéria de Direção Espiritual, por meio de acompanhamento contínuo:

A culpa é uma oportunidade de descobrir a verdade sobre si mesmo, de olhar no fundo do próprio coração e encontrar Deus em seu interior. A nossa tarefa consiste em acolher nosso lado obscuro e aceitar a própria culpa com toda humildade. Pois, no caminho que leva a encontrar-se a si mesmo, o ser humano sempre incidirá em culpa. [...] Sem a culpa não existe infelizmente amadurecimento da alma e nenhuma ampliação de horizonte espiritual. Desta forma, a vivência da própria culpa pode mostrar um caminho para a mudança interior.¹⁸⁰

Outra dificuldade é o cunho moral e jurídico que o Sacramento da Penitência tem em sua raiz: o indivíduo que se aproxima do confessor o faz porque se arrepende do mal praticado e deseja ser perdoado para começar a evitar o mal e praticar o bem, de acordo com os conselhos que receber. Já a Direção Espiritual não tem propriamente esta feição, porque nem tudo que acontece no cotidiano é pecado. Muitas vezes o que se precisa é mais um conselho para o discernimento, em um processo que é lento e profundo. Ainda assim, um primeiro contato por meio do Sacramento da Penitência pode ser um divisor de águas na formação da consciência de um fiel.

A terceira dificuldade é a de o presbítero sentir-se investido institucionalmente da *autoridade* do diretor espiritual sem, no entanto, possuir tal

¹⁷⁹ GRÜN, A. Perdoa a ti mesmo, p. 102 et. seq.

¹⁸⁰ Ibid., p. 106 et. seq.

carisma. Logicamente, pela graça do Sacramento da Ordem, todo presbítero recebe o poder de ligar e desligar (cf. Mt 16,19), mas tal poder não traz embutida a *discretio spirituum*. Cabe ao próprio sacerdote, portanto, uma vez que também for bem formado para compreender isso, ter a humildade de saber seus próprios limites e a fidelidade de encaminhar a pessoa em questão a alguém dotado do carisma da Direção Espiritual, para o bem de todos. Nesses casos, por exemplo, uma vez que o sacerdote constatou que existe uma causa mais profunda que acarreta determinado pecado, deve aconselhar a pessoa no que lhe diz respeito (quanto ao pecado em si) e instruí-la a buscar ajuda em outra pessoa, dotada do carisma, para ajudá-la a discernir junto do Senhor as causas deste problema cuja superfície se manifesta como matéria de confissão. Mais do que em outros aspectos, será necessário o exercício da humildade e do senso de Igreja-comunidade mais elaborado que o senso de Igreja-instituição. Caso contrário, as consequências podem ser danosas para todos os envolvidos, pois uma Direção Espiritual malfeita pode desencadear um efeito contrário ao desejado por quem a procura, podendo inclusive afastá-lo dele.

5. Como último acento da lista de G. Filoramo está a *Pastoral Vocacional*. Também ela pede que se realize a Direção Espiritual. Quando um(a) jovem se aproxima de determinado Instituto Religioso ou de um Seminário, traz no seu coração algum lampejo do chamado de Deus. Normalmente, tal vislumbre ou não é claro o suficiente ou pode ser uma confusão dos desejos do(a) próprio(a) jovem. Por isso, não se recebe um(a) candidato(a) à vida consagrada sem antes convidá-lo(a) a passar pelo processo de discernimento, que deve ser ao mesmo tempo individual e comunitário.

O(a) promotor(a) vocacional, uma vez procurado(a) pela pessoa que sente vocacionada, estabelecerá com a mesma um contato próximo, que começa pela escuta da história vocacional. Esta escuta deve ser ativa e respeitosa, como em qualquer dos outros aspectos já mencionados, mas tem um diferencial: ela possui margem concreta, que é o chamado de Deus. Não queremos dizer que outros aspectos da vida da pessoa não interessem, mas sim que eles não podem ter força igual ou superior ao centro vital da procura, a menos que nitidamente se perceba a preponderância que um desses aspectos tem sobre a pergunta vocacional. Por exemplo, se é perceptível que a procura pela vocação consagrada se dá em virtude de dificuldade afetiva (não conseguir namorado(a), dificuldade de relacionamento

com outras pessoas, crise familiar, etc.), é não somente possível, mas desejável que esse motivo sobressaia à busca vocacional para iluminar a pessoa em questão. Por isso, em algum momento a escuta precisará estender-se a todos os horizontes da vida do(a) consulente vocacional.

Se bem orientada, a pessoa vocacionada pode não somente responder generosamente ao Senhor, se se entende que de fato é um chamado de Deus, mas também se tornará alguém melhor, mais livre, consciente das próprias fraquezas, formada por um senso de eclesialidade mais espiritual, ou seja, não tão ligada às estruturas, mas à ação da graça de Deus, e assim poderá desenvolver sua vocação de forma mais amadurecida, tornando-se, no seio da Igreja, agente de comunhão a partir de seu lugar específico. Caso contrário, tal inquietação vocacional poderá acarretar buscas infundas por caminhos vocacionais diferentes, incapacidade de se relacionar franca e abertamente com os outros, inaptidão para viver os conselhos evangélicos, busca de favores e regalias vinculadas ao estado religioso. Estes venenos podem corroer não somente a experiência cristã da pessoa que não foi ajudada a descobrir sua vocação, como podem também desfigurar a identidade cristã daqueles que se relacionam com tal pessoa.

4.1.2.

Outras modalidades de Direção Espiritual

Além dessas modalidades apresentadas por G. Filoramo, podemos ainda apresentar outras, dentre as quais podemos indicar:

1. Talvez a modalidade mais urgente na contemporaneidade seja a *pastoral dos noivos*.¹⁸¹ Normalmente caracterizada pelos Encontros de Preparação à Vida Matrimonial (EPVM), deveria, no entanto, ser marcada primordialmente pelos contatos com os ministros religiosos, comumente chamados de entrevistas. Por determinação canônica, estas entrevistas acontecem com um ministro ordenado. Mas, somando-se a dimensão carismática à exigência canônica, poderia ser complementada por aqueles que receberam tal carisma, especialmente se forem pessoas casadas, que facilitaria o diálogo a respeito de um aspecto comum da vocação.¹⁸² Por meio da conversa individualizada e esclarecedora sobre a natureza

¹⁸¹ FERNANDES, L. A. Evangelização e família, p. 303 et. seq.; GASQUES, J. No último banco, p. 79; GÓIS, J. D. Breve curso sobre os sacramentos, p. 97.

¹⁸² Não se nega que exista algum contato além daquele que acontece nas entrevistas. Este contato, porém, tende a ser predominantemente no estilo de palestras ou conferências, as quais, embora de

do sacramento do Matrimônio, o(a) diretor(a) espiritual tem a oportunidade única de conhecer a história pessoal de cada noivo e a história da união do casal, bem como de investigar as motivações pelas quais eles procuram se casar e casar na Igreja. Assim, poderia começar a empreender com os noivos uma jornada de autoconhecimento e de percepção da vontade de Deus, a fim de que a união selada no sacramento tenha profundidade espiritual.

Essa proposta não exclui, por isso, a importância dos EPVM, mas relega a eles a função de estabelecer outro vínculo com os casais, colocando-os diante de semelhantes, para trocarem experiências e para, juntos, aprenderem um pouco mais sobre o que a conversa particular não tem como objetivo aprofundar. A experiência pastoral demonstra que produz muito fruto a realização de pequenos círculos de partilha, porque oferece aos casais um espaço mais íntimo para a troca de experiências e ao mesmo tempo permite melhor assimilação de conteúdos importantes, além de favorecer a interatividade tão característica de nosso tempo.

Embora ideal, ainda é de se desejar que, no interior das comunidades cristãs, uma vez que se tenha notícia de que alguém deseja casar, começasse logo o processo de discernimento da concretização da vocação matrimonial, para fortalecer a consciência da seriedade que o mesmo compromisso requer da pessoa.

2. Um modelo específico de Direção Espiritual e que felizmente tem sido resgatado a partir da retomada dos passos enumerados pelo Ritual de Iniciação Cristã de Adultos (RICA) é o *pré-catecumenato*, realizado mediante o contato do catecúmeno com um *introdutor*. A respeito deste ministério específico, diz o RICA: “O candidato que solicita sua admissão entre os catecúmenos é acompanhado por um introdutor, homem ou mulher, que o conhece, ajuda e é testemunha de seus costumes, fé e desejo”.¹⁸³

Como será possível ao(à) introdutor(a) dar testemunho dos costumes, da fé e da vontade do(a) candidato(a) ao Batismo? Isso só será possível na medida em que vai acompanhá-lo(a) em seu caminho de aproximação da fé. Por isso, a respeito do ministério do introdutor, salienta o documento 107 da CNBB, sobre a Iniciação à Vida Cristã: “Os ‘introdutores’ fazem um acompanhamento personalizado,

conteúdo teologicamente correto, acabam por ser generalizantes, não conseguindo descer à realidade concreta de cada casal, e mesmo de cada nubente em sua individualidade, no sentido do atendimento personalizado e processual no qual vimos insistindo nesta dissertação.

¹⁸³ RICA 42.

orientando os primeiros passos de quem deseja aproximar-se da fé cristã.¹⁸⁴ O(a) introdutor(a) é aquele(a) que se aproxima da pessoa, conversa com ela, ouve a sua história, e a ajuda a perceber os sinais de Deus, ao mesmo tempo que lhe apresenta Jesus Cristo de forma simples e profunda, fazendo-lhe arder o coração (cf. Lc 24,32). Depois desse estágio, feita a experiência do encontro com Jesus Cristo, a pessoa aderirá ao compromisso com a fé, passando ao estágio de catecúmeno.

De modo análogo, pode-se dizer que o processo continua a ser dialógico, mas queremos enfatizar esta primeira fase por ser ela a base fundamental sobre a qual se poderá construir. Nela, são acolhidos todos, sem exceção. Inclusive a exigência inicial de ser cristão – que aparece em primeiro plano quando se pensa em Direção Espiritual – desaparece, o que faz desta modalidade uma das mais desapegadas de todas, pois não se trata de caçar cristãos, mas de acolher a pessoa. Enfim, no diálogo entre introdutor(a) e candidato(a) ao Batismo compreendemos, plenamente, que Deus fala ao coração de todo aquele que O busca de coração sincero.

Este ministério também possui seus desafios, e são muitos. O primeiro deles é o tempo, pois para ser introdutor(a) é preciso gastar tempo com o(a) candidato(a), ter grande paciência para com seu processo de avanço que, normalmente, tende a ser lento. Nesta fase há muitas dúvidas, com uma grande mistura de elementos religiosos e superstições. Normalmente a pessoa vem carregada de suas impressões pessoais sobre a religião. Nada disso pode ser deixado de fora no processo de seu chamado à fé, se existe o desejo de realizar um trabalho sério de evangelização.

Outro desafio se encontra no quesito formação.¹⁸⁵ Este apresenta dois aspectos: o intelectual e o vivencial. No primeiro caso, trata-se de saber “dar as razões da esperança” (cf. 1Pd 3,15) sem medo e sem dúvidas ou conceitos imprecisos. No segundo caso, o vivencial, espera-se do(a) introdutor(a) maturidade na fé para ser capaz de, sem forçar a pessoa, ajudá-la a encontrar-se com o Senhor. Nada disso é simples, e por essa razão é difícil encontrar bons introdutores, capazes de realizar sua missão com fruto.

Por isso, em muitos lugares, ainda que com as melhores intenções, acaba-se por fazer o que chamamos de cursinhos da fé, ou seja, aulas de doutrina em preparação aos sacramentos, como se o problema fosse de ignorância religiosa ou desconhecimento doutrinal, quando na verdade se trata do efetivo encontro com

¹⁸⁴ CNBB, Doc. 107, 160.

¹⁸⁵ Ibid.

Jesus Cristo e a comunidade eclesial. Quando isso acontece, o caminho para o encontro com Deus passa a ser visto como um conteúdo que deve ser assimilado intelectualmente, e, no nível da experiência, se limita a um modelo específico de espiritualidade, apresentado à pessoa como o melhor ou, na prática, o único modelo capaz de responder aos seus anseios.

Um terceiro desafio que se impõe é a mentalidade da comunidade. O trabalho de um(a) introdutor(a) precisa ser apoiado e estendido na experiência de uma *comunidade catecumenal*, ou seja, uma realidade na qual vida comunitária e iniciação cristã se inter-relacionem:

A estreita relação entre o itinerário catecumenal e a comunidade eclesial se manifesta em dois momentos que se complementam e se alimentam mutuamente: primeiro, a iniciação encontra na comunidade eclesial seu ambiente próprio; ela é a atmosfera na qual o discípulo missionário de Jesus nasce e se fortalece. Em segundo lugar, a comunidade é também a meta a ser atingida pela iniciação: o itinerário catecumenal educa para a vida de fé na comunidade, alimenta-a e renova. A comunidade é ajudada pelo itinerário catecumenal para crescer na fé e, ao mesmo tempo, exerce a ‘função maternal’ de gerar novos filhos.¹⁸⁶

Sem essa experiência, a de um grupo de irmãos que apoia não somente o esforço do(a) introdutor(a), mas a maturação da fé do(a) candidato(a), pode-se dizer que o trabalho não consegue chegar a seu termo satisfatoriamente. Enquanto se compreender que o processo de Iniciação Cristã é apenas uma pastoral¹⁸⁷, enquanto grupo que presta determinado tipo de serviço, dificilmente conseguiremos evangelizar de modo efetivo.

Neste sentido torna-se urgente pensar na reevangelização dos batizados. Recorda Bento XVI: “os batizados não suficientemente evangelizados são facilmente influenciáveis, pois possuem uma fé fragilizada e muitas vezes baseada num devocionismo ingênuo”.¹⁸⁸ Então, é preciso que a atitude catecumenal permeie toda a ação da Igreja, assim como a liturgia, a preocupação social, a acolhida às famílias, etc.

¹⁸⁶ CNBB, Doc. 107, 111.

¹⁸⁷ “[A Iniciação Cristã] não se trata, porém, de uma pastoral a mais, e sim de um eixo central e unificador de toda a ação evangelizadora e pastoral. Tem como objetivo a formação inicial e, ao mesmo tempo, permanente do discípulo missionário de Jesus Cristo, para viver e anunciar a fé cristã no coração da civilização em mudança” (CNBB, Doc. 107, 76).

¹⁸⁸ BENTO XVI. Discurso aos Prelados da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (Regional Nordeste 3) em visita *Ad limina Apostolorum* (10 de setembro de 2010). Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2010/september/documents/hf_ben-xvi_spe_20100910_ad-limina-brasile.html>. Acesso em 27 ago. 2018.

3. Entre outros modelos existentes em nível mais pessoal, destacamos neste momento o da *Leitura Orante da Bíblia*. A partir da animação bíblica da pastoral, conceito difundido pelo Documento de Aparecida¹⁸⁹, tem sido enfatizado que a Bíblia deve estar cada vez mais presente na vida e na oração dos fiéis.¹⁹⁰ Assim, felizmente tem crescido o gosto pela leitura das Sagradas Escrituras, mediante a formação de grupos de Leitura Orante, uma recuperação da prática da *Lectio divina* que havia ficado, assim como a Direção Espiritual, relegada aos mosteiros. Embora, em muitos casos, a Leitura Orante seja realizada em grupos, a comunicação de Deus é feita *recto tramite*, sem mediações, à pessoa, naturalmente não sem o cuidado e a supervisão da Igreja¹⁹¹, para não incorrer no risco da livre interpretação. Por isso, assim como na liturgia, os textos são selecionados e oferecidos como alimento à espiritualidade dos fiéis.

Como já mencionado, o diferencial desta modalidade de Direção Espiritual, aqui compreendida *lato sensu*, é que nela o Senhor fala diretamente ao coração dos seus filhos, de forma individual, pois, mesmo que, quando em grupo, a reflexão da Palavra possa ser partilhada, a experiência é pessoal. O ideal é que, uma vez feita a experiência e tendo sido partilhada com os irmãos de seu grupo, ela possa ser levada para o encontro de Direção Espiritual, a fim de que a pessoa seja ajudada a não ficar apenas com a inteligibilidade da passagem no coração, mas seja ajudada a perceber que moção tal palavra causou em sua vida, assim como acontece na contemplação realizada nos Exercícios Espirituais inicianos:

A pessoa que dá a outrem modo e ordem para meditar ou contemplar, deve narrar fielmente a história dessa contemplação ou meditação. [...] Porque, quando a pessoa que contempla toma o fundamento verdadeiro da história, discorre e raciocina por si mesma, e acha alguma coisa que faça declarar um pouco mais ou sentir a história, quer pelo próprio raciocínio quer porque o entendimento é iluminado pela força divina, é-lhe de mais gosto e fruto espiritual do que se quem dá os exercícios explicasse e desenvolvesse muito o sentido da história; porque não é o muito saber que sacia e satisfaz a alma, mas o sentir e gostar as coisas internamente.¹⁹²

4. É importante também mencionar uma modalidade mais explicitamente comunitária de contato com a Palavra de Deus, a dos *Círculos Bíblicos* e de outros

¹⁸⁹ DAp 99a.

¹⁹⁰ “Entende-se por *animação bíblica* de toda a pastoral a busca consciente e contínua de ter a Sagrada Escritura como *alma da missão evangelizadora da Igreja*” (CNBB, Doc. 97, 32).

¹⁹¹ “As dioceses e paróquias facilitem o acesso a subsídios apropriados para que as comunidades possam se reunir em torno da Palavra de Deus, por meio da Leitura Orante. Ela garante uma pedagogia interativa, da qual todos podem participar e nela crescer, fortalecendo a formação continuada, a caridade e a formação da consciência crítica” (CNBB, Doc. 97, 181).

¹⁹² EE 2.

grupos de reflexão. Com dinâmica similar à dos grupos de Leitura Orante, a pedagogia desses grupos de reflexão mescla a leitura da Palavra com algum fato da vida que sirva de ilustração para que cada um se coloque diante da mesma Palavra e veja como é possível concretizá-la em sua vida.

Apesar de esses grupos terem a necessidade de um(a) animador(a), o(a) mesmo(a) não faz o papel de diretor(a) espiritual, mas sim de motivador(a) do grupo para que responda com generosidade e profundidade ao que o texto bíblico propõe. Estes encontros não se encerram sem um momento de oração, onde a Palavra passa da mente para o coração, e não raro culminam em um gesto concreto, para que a Palavra se torne concretude não somente na vida pessoal, mas também e especialmente na vida da comunidade e na caridade social.

É neste modelo que muitas comunidades realizam a Novena do Natal em Família e os encontros de reflexão da Campanha da Fraternidade. Com formato parecido, há outros grupos, como as Oficinas de Oração e Vida, os grupos de Meditação Cristã, as Equipes de Nossa Senhora (movimento voltado para casais), e outros. Pode-se dizer que são expressões da modalidade comunitária de Direção Espiritual. Em todos esses casos, a grande Diretora Espiritual *lato sensu* é a Palavra de Deus.

5. Há ainda o modelo das pequenas *células* que reúnem candidatos e membros das *Novas Comunidades*, locais onde se experimenta, pessoal e comunitariamente, a ação da Palavra de Deus na vida e na comunidade que se reúne sob um determinado carisma. Além disso, as Novas Comunidades são, de certa forma, pioneiras na implantação do modelo tradicional de Direção Espiritual em nossos dias, escolhendo e preparando leigos e leigas que possuem o carisma para exercerem essa missão no seu próprio seio.

Concluindo este ponto, é importante dizer: são muitas as formas pelas quais a metodologia da Direção Espiritual chega até nós hoje. Cada uma delas traz uma feição peculiar e ao mesmo tempo muito especial desta forma de encontro com Deus. Sem procurar qual delas é a melhor ou mais adequada, cada um deve buscar a que lhe toca mais profundamente, e contrabalançá-la com o extremo equidistante, a saber: se alguém se sente mais identificado com os modelos pessoais, deve alimentar em sua vida uma prática voltada para a comunidade. Por sua vez, se alguém é motivado pela metodologia comunitária, deve procurar criar espaço para a interiorização da voz de Deus no seu coração. Dessa forma, não corremos o risco

de viver nossa vocação de forma estanque e excludente, em que o individual nega o comunitário e vice-versa, mas unida ao Senhor e aos irmãos e irmãs.

4.2. A arte de escutar

Bento XVI nos recorda que, para São Gregório Magno, o cuidado das almas deve ser exercido com máximo zelo, porque é a *ars artium*.¹⁹³ Naturalmente, considerando que uma das finalidades da Direção Espiritual é a *cura animarum*, o mesmo se pode dizer a seu respeito. Não sem razão, a Direção Espiritual é chamada por M. Guenther de arte¹⁹⁴, pois como sua base fundamental é a escuta, e não se trata de pouca coisa, pois é uma tarefa árdua. Exercitar-se nela é como aprender e desenvolver uma arte. Neste item consideraremos brevemente em que consiste a escuta, causa eficiente da Direção Espiritual.

Em termos gerais, podemos distinguir as operações ouvir e escutar, como fazem P. Hanmer e M. C. A. V. Junqueira:

Ouvir, para nós, significa entender, perceber os sons pelo sentido do ouvido, da audição. Ou seja, refere-se ao sentido da audição. Ouvir é usar naturalmente um órgão biológico do nosso corpo que não exige raciocínio. Escutar exige atenção, exige a utilização de grande parte dos nossos canais sensoriais. Exige estar totalmente presente, observar a expressão do rosto da pessoa que nos fala, perceber o tom da sua voz e captar o que realmente está por detrás de um simples som ouvido.¹⁹⁵

A partir desta distinção, entendemos que certamente o *instrumentum laboris* da Direção Espiritual é a escuta. Como já tivemos oportunidade de observar, escuta não significa passividade, mas um exercício de contenção, para não interferir no processo de autocomunicação do outro. O escutador precisa desenvolver um bom nível de autocontrole para estar aberto ao ser do outro.

Paralelamente, dentro da dinâmica autopossessão-autotranscendência, só será capaz de bem escutar os outros quem se conhece por meio da autoescuta. Uma pessoa que não tenha escutado a si mesma ainda sentirá a necessidade de falar de si, e a escuta se tornará oportunidade para expressar sua interioridade, tornando-se

¹⁹³ BENTO XVI. Audiência Geral. 4 de junho de 2008. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/audiencias/2008/documents/hf_ben-xvi_aud_20080604.html>. Acesso em 27 ago. 2018; PLUS, R. La Direzione Spirituale, p. 16.

¹⁹⁴ GUENTHER, M. Holy Listening, p. 1.

¹⁹⁵ HANMER, P.; JUNQUEIRA, M. C. A. V. Escutar, p. 20 et. seq.

mera audição. Na verdade, estará apenas *ouvindo* o outro, esperando o momento de se colocar, de tecer suas conclusões, de dizer algo:

Parafraseio o Alberto Caeiro: “Não é bastante ter ouvidos para se ouvir o que é dito. É preciso também que haja silêncio dentro da alma”. Daí a dificuldade: a gente não aguenta ouvir o que o outro diz sem logo dar um palpite melhor, sem misturar o que ele diz com aquilo que a gente tem a dizer. Como se aquilo que ele diz não fosse digno de descansada consideração e precisasse ser complementado por aquilo *que a gente tem a dizer*, que é muito melhor. [...] Nossa incapacidade de ouvir é a manifestação mais constante e sutil da nossa arrogância e vaidade: no fundo, somos os mais bonitos...¹⁹⁶

Igualmente, para escutar o outro é preciso exercitar-se primeiro na escuta de Deus. Ele é um mistério que só se descortina quando damos a Ele a devida atenção. Encontrar o mistério de Deus dentro de si mesmo é uma tarefa árdua e diuturna que, se for negligenciada, não tornará a pessoa capaz de escutar. Portanto, a primeira lei da escuta é o dever de silenciar.

Quando silenciarmos, a voz interior se torna audível. Na verdade, ela nunca deixa de falar, mas se manifesta aos sussurros. Logo, o mais sutil movimento exterior tira a atenção da voz interior, e o foco se volta para outras coisas, abafando a voz de Deus. E sem escutar a Deus, escutamos somente a nós mesmos.

Por isso, escuta e silêncio exigem vigilância constante. A mente não para de trabalhar, mas não o trabalho árduo do constante apelo à reflexão, à revisão, ao controle. É, antes, o trabalho do conter-se, do contrariar-se, do não se dar atenção. E no nosso íntimo clama nossa atenção o tempo inteiro. Aprender a não julgar é uma luta interior que só é possível vencer pela vigilância. Esta é a *escuta ativa*.¹⁹⁷

De certa forma, escutar é também repouso. Para escutar, é preciso exercitar uma certa dose de suspensão de juízo. Como não é possível realizar isso plenamente, ajuda, em vez de pensar sobre o que o outro está dizendo, exercitar, não sem grande esforço, nosso espírito a pensar: “Estou aqui para escutar o outro, colher cada palavra que ele está dizendo, surpreender-me com sua vida”.

Se a escuta for silenciosa por muito tempo, tenderá a cair no desinteresse. Por isso, uma boa técnica para reforçar a capacidade de escutar é, de tempo em tempo, interromper a fala do outro e contar a ele as impressões que se está tendo a partir do que ele disse: precisar melhor um conceito, desenvolver um raciocínio, fazer uma afirmação interrogativa, mas sempre a partir daquilo que o outro quis

¹⁹⁶ ALVES, R. O amor que acende a lua, p. 67.

¹⁹⁷ BRETON, P. Argumentar em situações difíceis, p. 31; SZENTMÁRTONI, M. Caminhar juntos, p. 61.

expressar, sem jamais ferir sua consciência com interpretações pessoais. Quem escuta renuncia ao direito de pensar por si. Só se dá o direito de compreender os termos nos quais o outro está se expressando, ainda que com suas próprias palavras.

Quem escuta, exercita o silêncio e aguça os outros sentidos. Escutar amplia, por exemplo, o olhar. Assim, aquele que escuta se torna mais atento a outros sinais. Dessa forma, pode voltar-se mais coerentemente para aquele que fala, percebendo suas necessidades. É o que designamos por *comunicação não verbal*.¹⁹⁸ Por exemplo, a pessoa pode dizer “não preciso de ajuda”, mas estar revelando, pelo seu comportamento, outra coisa. Quem escuta, uma vez atento a muito mais do que palavras, perceberá que, por trás do discurso, existe um pedido de socorro velado. Tomemos como exemplo a passagem na qual o diácono Filipe exerceu a Direção Espiritual com o eunuco, ministro da rainha Candace¹⁹⁹:

Filipe correu e ouviu que o eunuco lia o profeta Isaías. Então perguntou-lhe: “Entendes o que lês?” “Como o poderia, disse ele, se ninguém me explicar?” [...] Abrindo então a boca, e partindo deste trecho da Escritura, Filipe anunciou-lhe a Boa Nova de Jesus (At 8,30-31.35).

Antes mesmo de propor o querigma, Filipe, movido pelo Espírito Santo, considerou a situação na qual se encontrava seu interlocutor. Só então, falou, baseado na escuta atenta. Dessa forma, pôde oferecer uma ajuda eficaz para o eunuco e assim anunciou-lhe o Evangelho de forma concreta.

Resumidamente, podemos dizer que a escuta é a ação primordial do(a) diretor(a) espiritual. Sem ela, podemos falar em pregação, aula, instrução, mas não em Direção Espiritual propriamente dita. A Direção Espiritual é uma obra feita a seis mãos, na qual as duas primeiras mãos são necessariamente as de Deus, que atrai o(a) dirigido(a) para si. Em seguida, começa-se a plasmar a partir das mãos do(a) próprio(a) dirigido(a). As últimas mãos a trabalhar nessa obra são as do(a) diretor(a), que, colhendo as marcas que Deus imprimiu na vida do(a) dirigido(a), se propõe humildemente a ajudar na confecção, especialmente a partir da escuta e da experiência do(a) dirigido(a).

¹⁹⁸ DIMBLEBY, R.; BURTON, G. Mais do que palavras, p. 59 et. seq.; GIRARD, V.; CHALVIN, M. J. Um corpo para compreender e aprender, p. 53 et. seq.; SILVA, M. J. P. Comunicação tem remédio, p. 45 et. seq.

¹⁹⁹ Esta mesma passagem, embora ampliada, é utilizada pelo Documento 97 da CNBB para descrever o processo da animação bíblica da pastoral (CNBB, Doc. 97, 36-66).

4.3. O sentido da Paternidade Espiritual

O que hoje chamamos de Direção Espiritual foi denominado, durante certo tempo da história, de *Paternidade Espiritual*, mediante razões justas. Na medida em que procurava ajuda, um discípulo se submetia à experiência de um mestre que, pela força do Espírito Santo, amadurecia nele a imagem que Deus havia começado a plasmar, mas que, sem a ajuda de outro, não seria possível concluir. São Paulo tem consciência de que esta é a sua missão ao dizer: “Com efeito, ainda que tivésseis dez mil pedagogos em Cristo, não teríeis muitos pais, pois fui eu quem pelo Evangelho vos gerou em Cristo Jesus” (1Cor 4,15).

No entanto, existe um problema teológico, ao menos aparente: considerar alguém como pai não contraria a advertência de Jesus: “A ninguém na terra chameis ‘Pai’, pois só tendes o Pai Celeste” (Mt 23,9)? Qual, seria, então, o sentido de chamar de *abba* a um ser humano?

Rigorosamente, só Deus pode ser chamado de Pai, conforme dito por Jesus.²⁰⁰

Contudo, como observa M. Packwa,

um exame do Novo Testamento mostra “pai” como um título aplicado a Deus, aos antepassados de Israel, aos pais de família, aos líderes judeus, aos líderes cristãos e até ao diabo (o pai das mentiras). Todos os livros do Novo Testamento, exceto 3Jo, usam a palavra “pai” pelo menos uma vez.²⁰¹

As raízes da chamada paternidade espiritual são ainda mais profundas e antigas. Segundo Y. H. Saadeh e P. H. Madros, “a paternidade espiritual está profundamente ancorada na mentalidade e na psicologia semítica e oriental. Uma pessoa idosa se dirige aos jovens chamando-os de ‘filhos’ e de ‘filhas’”.²⁰² Analogamente, diz-se do uso que se dá à palavra pai na expressão ‘Padres da Igreja’: “O conceito de ‘Padre’, seja em sentido particular, seja em sentido coletivo, que se impôs na Igreja dos primeiros séculos refere-se, pois, àqueles que, no nível da fé ou da disciplina, cunharam a vida da comunidade católica”.²⁰³ Portanto, no âmbito judaico-cristão, não há dificuldade teológica em compreender o sentido de chamar um ser humano de pai, pois trata-se de alguém que, pela ação do Espírito Santo, analogicamente gera na pessoa uma nova vida, a vida na graça de Deus:

²⁰⁰ LADARIA, L. F. O Deus vivo e verdadeiro, p. 68.

²⁰¹ PACKWA, M. Call no man father? Disponível em: <<https://www.catholic.com/magazine/print-edition/call-no-man-father-0>>. Acesso em 27 ago. 2018.

²⁰² SAADEH, Y. H.; MADROS, P. H. Fé e Escritura, p. 211.

²⁰³ PADOVESE, L. Introdução à Teologia Patrística, p. 19.

Para dizê-lo com um termo bíblico, é como se um nome novo lhe fosse revelado, mas o qual ela [a pessoa] sente, imediatamente, que é o seu nome verdadeiro, posto que se reconhece nele; um nome que não é conhecido senão por ela e por aquele que o pronunciou sobre ela. Trata-se de uma espécie de regeneração, de um nascimento à única vida verdadeira. É provável que seja por causa da violência de uma tal revolução, experimentada muito concretamente, que todas as primeiras gerações cristãs, desde S. Paulo, e após ele as comunidades monásticas, não hesitaram em introduzir o vocábulo da paternidade e da maternidade, e isso malgrado uma advertência muito explícita do evangelho a este respeito.²⁰⁴

O problema a que Jesus alude em seu discurso é de outra ordem, referindo-se à idolatria, quando se entende por pai alguém que toma o lugar do próprio Deus: “Em Mt 23, Nosso Senhor nos proíbe de chamar qualquer um de mestre, pai ou guia se esse título diminuir nossa dependência de Deus”.²⁰⁵ A partir daí, compreendemos que, se alguém tem a missão de ajudar os outros a reconhecer a paternidade de Deus e a ser submissos a Ele, não há problema em chamá-lo de pai, como aliás o próprio Apóstolo Paulo fez consigo mesmo, como vimos.

Já quando aplicamos o conceito de paternidade em sentido antropológico encontramos alguma dificuldade. Existe uma crise de paternidade²⁰⁶ que pode ser compreendida de duas maneiras:

a) por um lado, a dificuldade de o ser humano contemporâneo aceitar submeter-se a uma figura paterna em virtude de sua autonomia. Com o derretimento dos sólidos, nasceu uma grande desconfiança de tudo que possui caráter institucional, como se tais realidades fossem opressoras ou castradoras. Dessa forma, temos uma geração órfã por opção. Esta orfandade se sustenta também pelo fato de as próprias instituições, outrora detentoras do poder de reger a vida de seus afiliados, não terem conseguido se reerguer depois do derretimento de suas bases, e acabaram perdendo, por isso, sua capacidade paterna. Assim, temos filhos que não querem ter pais e pais que não sabem exercer sua paternidade;

b) por outro lado, uma vez que ninguém pode viver isolado dessa necessidade básica, os órfãos acabam por procurar refúgio em alguém ou em alguma circunstância que lhes tirem a angústia de estar sozinhos, de sua vida não ter sentido, mesmo que, para isso, precisem se render e assumir, ainda que veladamente, uma postura de obediência cega e de adesão fanática. É nessas ocasiões que aparecem,

²⁰⁴ LOUF, A. Mais pode a Graça, p. 65.

²⁰⁵ PACKWA, M. Call no man father?

²⁰⁶ MENDIZÁBAL, L. Dirección Espiritual, p. 7.

no campo religioso, os *padrastos espirituais*.²⁰⁷ Embora tratando de outra circunstância, no caso a realeza, é emblemática a parábola contada por Joatão, quando proclamaram Abimelec rei (cf. Jz 9,8-15).

Ainda assim, a paternidade espiritual continua a ser uma necessidade real que, uma vez sentida, e experimentada sua verdadeira face, o ser humano perceberá que os argumentos em contrário não se estabelecem, pois não se trata de ligação com qualquer valor institucional, ou de vincular o dom às circunstâncias pessoais do indivíduo. Logicamente que se espera daquele que recebeu este dom coerência e testemunho, mas suas fraquezas, embora possam manchar, não são capazes de apagar o dom, nem de desmerecer a ação da graça de Deus que se utiliza de frágeis instrumentos para comunicar a força do seu amor (cf. 2Cor 12,9). Como recorda A. Louf,

é o “Cristo em nós, esperança da glória”, que é, finalmente, o objeto essencial do acompanhamento espiritual, Ele que é, ao mesmo tempo, o único verdadeiro acompanhante. Já a comunidade cristã primitiva era consciente disto.²⁰⁸

Os pais espirituais são, nesse sentido, vinculados a Cristo, com Ele e nele são sacramentos do Pai²⁰⁹, sinais visíveis daquele que ninguém jamais viu (cf. Jo 1,18; Cl 1,15) e instrumentos do seu amor inefável, comunicado a nós por meio de palavras e gestos humanos, os quais somos capazes de compreender e assimilar.

Quando tratamos do tema da paternidade/maternidade espiritual, é preciso ainda ter em mente que esta qualidade de relação *transcende a questão de gênero*, porque não falamos do nível biológico, mas sobrenatural. Obviamente, os termos se referem em primeiro lugar ao plano natural, ou seja, ao gênero biológico do(a) diretor(a), e este é o uso mais comum da expressão paternidade/maternidade. No entanto, partindo da afirmação paulina “não há judeu nem grego, não há escravo nem livre, não há homem nem mulher; pois todos vós sois um só em Cristo Jesus” (Gl 3,28), compreendemos, como observa G. Bunge, que

dependendo do contexto, o Cristo pode ser designado tanto de pai como de mãe: como pai daqueles que têm espírito de filiação, mas como mãe daqueles que ainda necessitam de leite e não conseguem digerir alimentos sólidos. Assim era o Cristo que falava em Paulo que se tornou pai dos Efésios, revelando a eles os mistérios da sabedoria, mas se tornou mãe dos Coríntios, “alimentando-os com leite”.²¹⁰

²⁰⁷ A palavra “padrasto” aqui é utilizada no sentido literal, ou seja, indicando aquele que, sem ser o pai, faz as suas vezes. A conotação negativa recai sobre a locução *padrasto espiritual*, designando aquele que assume para si a responsabilidade de pai espiritual sem sê-lo efetivamente.

²⁰⁸ LOUF, A. Mais pode a Graça, p. 54.

²⁰⁹ P 921.

²¹⁰ BUNGE, Geistiliche Vaterschaft, p. 33 apud GRÜN, A. A orientação espiritual dos Padres do Deserto, p. 14.

Ainda a este respeito, recorda A. Louf:

A terminologia empregada pelos antigos para designar a relação de acompanhamento espiritual mostra bem a que ponto eles consideravam como uma das formas privilegiadas da relação humana. Do guia espiritual, Kierkegaard disse um dia que era “mais que um amigo”. Quando Dante esboçou o retrato idealizado do guia sob os traços de Virgílio, de Beatriz e finalmente de S. Bernardo, dirá do primeiro que é “mais que um pai”. No vocabulário budista, o termo “lama” significa: “mãe incomparável”.²¹¹

Por sua vez, G. Ziegler, analisando a postura das Mães do Deserto, afirma:

O fato de que virtudes como coragem, força, conhecimento ou perseverança *a priori* foram referidas como “masculinas”, e de que as mulheres que delas podiam se gabar eram referidas como “homens”, decorreu naturalmente de que tais virtudes eram louvadas em obras literárias que glorificavam ações realizadas por homens. O que as Mães do Deserto realizaram consistiu em romper a identificação entre sexo biológico e energia espiritual. Uma vez que não tomaram para si o parâmetro segundo o qual somente os homens seriam fortes, de certa forma se reconciliaram consigo mesmas. Desta forma, chegaram a uma conciliação autoconsciente com os homens, contra os quais não tinham mais que lutar. Sabiam também que a alma, seja de um homem ou de uma mulher, diante de Deus, é sempre estreita demais, fraca demais, pequena demais para captar sua grandeza.²¹²

Nesse sentido, ser pai/mãe espiritual, é muito mais do que conter características biológicas ou psicológicas específicas. É antes de tudo uma atitude *espiritual* perante o(a) filho(a), devendo aplicar-se a assumir para com ele(a) a atitude que mais convém às suas necessidades, à semelhança do amor paterno-materno de Deus.²¹³ Deverá, para tanto, desenvolver características psicológicas e espirituais, apoiado(a) certamente na ação do Espírito Santo.

4.4. Direção Espiritual como educação para a alteridade

Depois de percorrer o caminho que nos apresentou diversas modalidades nas quais a Direção Espiritual se desdobra em nossos dias, assim como depois de aprofundar alguns temas pertinentes à sua prática, voltemos nosso olhar, neste momento, para o modelo original da Direção Espiritual, o modelo clássico, reconhecendo nele características que o configurem como um método eficaz de educação para a alteridade.

²¹¹ LOUF, A. Op. cit., p. 64.

²¹² ZIEGLER, G. Madri del deserto, p. 140 et. seq.

²¹³ FRANCISCO, PP. Meditazione mattutina nella Cappella della *Domus Sanctae Marthae* (22 de março de 2018). Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/francesco/it/cotidie/2018/documents/papa-francesco-cotidie_20180322_dioamaciascuno-comeunpadre-e-comeunamadre.html>. Acesso em 11 set. 2018.

Conforme vimos no segundo capítulo, o ser humano contemporâneo se caracteriza por uma grande incerteza: está desarticulado historicamente, tem ideologia fragmentada e anseia por um sentido novo para a imortalidade. Por conta dessa desarmonia interior, vive segundo seus próprios critérios e não confia mais no poder das instituições. O que resta é confiar em si mesmo e viver segundo seu próprio arbítrio. Dificilmente alguém tão impactado pelo contexto atual se sentirá à vontade com os modelos de comunhão e de fraternidade propostos pela Igreja, a partir da dimensão institucional predominantemente, ainda que sua finalidade seja fixar sua atenção na vida eterna.²¹⁴

Não sem razão, a própria Igreja, olhando para a estrutura na qual está alicerçada, propôs a conversão pastoral²¹⁵ como forma de desinstalar-se de sua segurança para procurar alcançar não somente os que não aderiram a Cristo, mas também para chamar a si os que a Ele aderiram, embora prefiram viver sua religiosidade sem a mediação da Igreja.

Um dos desafios à evangelização hoje é a proposição de valores, pois, para o ser humano contemporâneo, o que importa são as próprias convicções. Desse modo, convencer alguém sobre a importância de viver os mandamentos, de assumir compromissos na vida eclesial, de se preocupar com ações concretas e realizá-las em favor dos pobres é algo praticamente impossível, a menos que a pessoa esteja convencida por si mesma da importância desses valores.

Por outro lado, essa desconfiança para com tudo que é institucional e, por conseguinte, também para com a Igreja, não desencadeou, como se esperava, uma onda crescente de ateísmo e agnosticismo, pois mesmo a Ciência, em certo aspecto, foi colocada sob suspeita, pelo fato de também ela ter caráter institucional. O que se observa é a busca constante por diferentes espiritualidades, cujas matrizes servem de matéria para a construção de formas individualizadas de experiência do transcendente. Como já tivemos oportunidade de observar, muitos dos que vivem uma determinada experiência religiosa institucional – por exemplo, católica, evangélica, espírita – o fazem *ad libitum*. Outros não praticam nenhuma expressão religiosa, embora conservem o senso de espiritualidade. Outros, ainda, praticam expressões minoritárias, ou forjam sua própria experiência religiosa, agregando elementos aprendidos de um e de outro lugar.

²¹⁴ NOUWEN, H. J. M. O curador ferido, p. 29.

²¹⁵ DAp 370.

Diante da primazia do eu, como falar em nós? Se, inclusive nas expressões religiosas institucionais, se enfatiza o fator individual, de modo que muitos de seus membros já não pratiquem uma espiritualidade de comunhão, mas sejam consumidores de um mercado religioso sem aderir a compromissos com uma comunidade, que tipo de pastoral será capaz de atender à demanda deste ser humano contemporâneo?

Uma breve observação da realidade demonstra que, ao passo que o efetivo de pessoas para integrar os grupos pastorais decresceu, tem aumentado uma procura constante por orientação, conselhos, ou simplesmente para ser escutado. Há pessoas que, mesmo sem participação efetiva na vida de uma comunidade, procuram o Sacramento da Reconciliação como forma de desabafo existencial e partilha da vida. Há necessidade de ser escutado, de ouvir um conselho, de encontrar paz para os conflitos interiores, de (re)orientar o seu proceder. Mesmo sem a consciência do que buscam, estas pessoas, individualizadas pelas circunstâncias da vida contemporânea, desejam viver a graça da alteridade, da comunicação, da comunhão pessoal, fim para o qual tende a vida humana.

Por isso, acreditamos que a Direção Espiritual pode ser um caminho eficaz, tanto na conversão pastoral da Igreja, como no processo de reorientação do ser humano contemporâneo para a vida em comunhão, realizando assim a vontade de Deus. Entre outros caminhos pastorais, é um dos que mais se adaptam ao ritmo de vida atual, porque se trata de receber a pessoa na situação em que se encontra, e de ajudá-la, no seu ritmo e na medida de sua abertura, a ressignificar os aspectos da vida na direção que o Senhor deseja para cada ser humano.

4.4.1. Esclarecimentos e condições prévias à Direção Espiritual

Embora reconhecendo o valor da Direção Espiritual, é ainda necessário esclarecer alguns pormenores antes de aprofundar o mecanismo de ajuda ao ser humano contemporâneo.

1. *O nome.* A designação Direção Espiritual é mais ou menos familiar em ambiente eclesial²¹⁶, mesmo com variantes. O perigo sempre reside na literalidade

²¹⁶ Aqui, o termo “eclesial” não se refere somente à Igreja Católica, mas às experiências comunitárias em torno da religião em geral. Ainda que com outros títulos, a prática é semelhante. Devido à mistura de conceitos e práticas religiosas do mundo contemporâneo, pode acontecer de a pessoa não saber

da expressão, pois ambas as palavras têm significados fortes isoladamente. Colocadas juntas, podem gerar interpretação equivocada. Apesar disso, utilizar o nome clássico facilita a compreensão da prática à qual nos referimos. Sempre é útil, à guisa de esclarecimento, precisar o conceito com a pessoa que procura ajuda. Cremos ser plausível a definição dada por W. Barry e W. Connolly:

Definimos, portanto, a direção espiritual cristã como a ajuda dada por um cristão a outro, ajuda essa que capacita este outro a prestar atenção à comunicação pessoal de Deus com ele, a responder a esse Deus pessoalmente comunicante, a aumentar a sua intimidade com ele e a viver as consequências desse relacionamento.²¹⁷

Portanto, esclarecer a quem procure a Direção Espiritual tendo em mente outro conceito parece ser um bom começo de entendimento para o trabalho que será feito em comum.

2. *Os acordos.* Em se tratando de alguém consciente do processo que solicita, é importante estabelecer alguns acordos iniciais, entre os quais: a frequência (que deve ser, na medida do possível, facultativa)²¹⁸, a duração do encontro, o pacto de confidencialidade e o empenho pessoal do(a) dirigido(a) na busca que se propõe a fazer, recordando que o papel do(a) diretor(a) é apenas facilitador.

3. *A disponibilidade.* Um(a) pai/mãe espiritual deve sempre estar atento(a) às necessidades de seus filhos, inclusive para saber quando deve se ocultar do processo. Portanto, deve se dar aos seus filhos com justa medida, para não correr risco ou de querer assumir o processo de caminhada do mesmo (transferência), ou de estabelecer um vínculo que extrapole o saudável contato necessário, como, por exemplo, tornando-se amigo do(a) filho(a) espiritual. Esta simbiose em geral é mais negativa que benéfica. Supõe-se que, sendo a parte mais madura da relação estabelecida, o(a) pai/mãe saiba impor os limites para a boa convivência e para a reta condução do processo.

4. *A autoridade.* Diferentemente do que se possa deduzir a partir da definição precedente, o(a) diretor(a) possui autoridade sobre seu(sua) dirigido(a). Contudo,

como pedir a ajuda de quem necessita, mas quem recebe o pedido normalmente consegue entender do que a pessoa precisa ou o que ela deseja.

²¹⁷ BARRY, W. A.; CONNOLLY, W. J. A prática da Direção Espiritual, p. 22.

²¹⁸ Entendemos por *facultativa* a possibilidade de o(a) dirigido(a) imprimir um ritmo adaptado às suas necessidades e agenda. No início do processo, é natural que ele(a) não tenha maturidade suficiente para decidi-lo sozinho(a). A ideia, no entanto, é que, com o passar do tempo, seja capaz de assumir esta responsabilidade. Enquanto não estiver maduro(a) para tal, o(a) diretor(a) assumirá esse papel, combinando, de forma respeitosa, a periodicidade que julgar mais conveniente: “No início é muito valioso determinar também a frequência dos encontros, que podem ser semanais, quinzenais, mensais e depois mais raros ainda, para não criar dependência” (SCIADINI, P. A pedagogia da Direção Espiritual, p. 158).

trata-se da autoridade discreta. Deve exercê-la com muita simplicidade e em virtude da necessidade. Sendo possível, coloque-se ao lado dele(a)²¹⁹, crendo na ação do Espírito Santo sobre sua vida. Porém, sendo necessário, aplique as medidas cabíveis para recuperar o que porventura possa estar se extraviando. Ainda assim, evite o máximo interferir na experiência pessoal do(a) dirigido(a), principalmente se não for solicitado(a) para dar conselhos ou julgar alguma situação, exceto em casos excepcionais, como, por exemplo, uma desvirtuação doutrinal ou moral.

4.4.2. Características da Direção Espiritual

Apresentamos agora algumas características da Direção Espiritual que, segundo nosso entendimento, podem ajudar o ser humano contemporâneo:

1. *Incondicionalidade*. Cremos que a modalidade de acolhida pastoral seja bem adaptada ao estilo de vida atual, porque *recebe a pessoa sem nenhum pré-requisito*. Como não é um sacramento, não há condições essenciais para que a pessoa se aproxime de um(a) pai/mãe espiritual. Pode ser até um(a) pagão(ã), como acontece no caso do contato com os introdutores no processo de Iniciação Cristã. Essencialmente, a pessoa se aproxima de alguém para uma conversa. Também não há exigência quanto à matéria da conversa.

2. *Responsabilidade*. Por questões evidentes, cremos que uma pessoa que procure um(a) diretor(a) espiritual o faça porque, de alguma forma, vincula sua dúvida/angústia/situação existencial ao sobrenatural, e espera encontrar apoio em uma autoridade para pensar ou agir de uma determinada forma, em parte já formulada por si mesma. Ou então, sentindo-se desorientada, procura obter uma resposta *ex alio*, sem comprometer-se com a própria busca. Paradoxalmente, muitas pessoas que lutam para garantir o direito à autonomia são as mesmas que, em alguma circunstância, procuram respostas prontas que aliviem a tensão da escolha e, assim, lhe tirem a responsabilidade das consequências.

3. *Integralidade*. Não raro as situações-matéria da conversa são de cunho estritamente religioso, ou seja, ligadas à oração, a dúvidas teológicas, a elucubrações sobre a religião. A Direção Espiritual não se restringe a estes aspectos.

²¹⁹ “[O mestre] não dirige os passos de seu discípulo, dando-lhe ordens de longe. Caminha com ele, como se não tivesse outra preocupação senão acompanhá-lo. Está mais atento àquele que dirige do que a si próprio e aos seus próprios desejos. [...] Esta atitude de acompanhamento é absolutamente necessária para ser um bom guia espiritual” (RAGUIN, Y. A Direção Espiritual, p. 123 et. seq.).

Contudo, eles podem ser o elo inicial do contato. Então, a fim de que a pessoa se aproxime, nada lhe é negado, não se deve impor nenhuma condição prévia. Deve-se, contudo, ajudar a pessoa a compreender que toda a sua experiência de vida pode e deve ser lida à luz de Deus, como no episódio ocorrido com o ancião Ambrósio de Optina:

Assuntos insignificantes não existiam para o *Staretz*. Ele sabia que na vida tudo tinha seu valor, e suas consequências. Portanto, não havia assunto que ele não respondesse com compromisso e com o desejo de fazer o bem. Certa vez, uma mulher empregada pela esposa de um proprietário de terras para cuidar de seus perus veio ao *Staretz*. Por alguma razão, os perus estavam morrendo, e o empregador estava a ponto de demiti-la. “Batushka!” Ela se dirigiu a ele chorando. “Eu me esfalfo gastando todo o meu tempo com eles. Eu cuido deles como de um tesouro. E mesmo assim eles caem doentes. A patroa quer me substituir. Tem piedade de mim, ó padre.” As pessoas presentes começaram a rir. Partilhando das preocupações dela, e ouvindo como ela alimentava os perus, o *Staretz* deu a ela novas instruções em como alimentar os perus abençoou-a e mandou-a para casa. O *Staretz* então mostrou aos que haviam rido, que toda vida dela estava à volta dos perus. Depois ele ficou sabendo que os perus haviam ficado sãos e não mais morriam.²²⁰

4. *Espontaneidade*. Ademais, a busca pelo processo deve ser espontânea, advinda da sua abertura a Deus na pessoa do(a) diretor(a), e na medida em que sinta necessidade de ajuda, não devendo ser cobrada quanto à frequência ou regularidade das conversas. Caso contrário, o processo tornar-se-ia obrigatório e lhe faltaria a docilidade ao Espírito Santo, pois “onde se acha o Espírito do Senhor, aí está a liberdade” (2Cor 3,17).

5. *Disponibilidade*. Aquele(a) que foi procurado(a) deve se colocar disponível, *pronto(a) a escutar, sem a pretensão de tecer pensamentos ou emitir juízos*, mesmo que internos, sobre o que a pessoa comunica.²²¹ Pode e deve, na medida em que sentir necessidade, fazer perguntas. Deve evitar fazer afirmações categóricas ou completar pensamentos, como se estivesse lendo a mente da pessoa. Deve escutar pacientemente, tanto quanto o tempo o permita.²²² Na medida do possível, deve pontuar aspectos da fala da pessoa para se certificar de que entendeu o que ela quis expor e sempre conduzir o processo para o encontro da pessoa com Deus, não desconsiderando a dimensão prática e concreta da vida.

²²⁰ ALEXANDER. Ambrosio Ancião de Optina. Disponível em: <https://www.fatheralexander.org/booklets/portuguese/ambrose_p.htm>. Acesso em 8 ago. 2018.

²²¹ SANTOS, A. H. O poder de uma boa conversa, p. 215 et. seq.

²²² “O colóquio espiritual não deve ser marcado pela pressa, mas também não deve ser demorado demais. É um encontro espontâneo que visa aos valores essenciais do Evangelho” (SCIADINI, P. A pedagogia da Direção Espiritual, p. 158).

6. *Contextualização*. Em um dos primeiros encontros, é importante que o(a) diretor(a) espiritual solicite à pessoa que narre um pouco da sua história, conduzindo tal narrativa para a pesquisa de elementos importantes, como valores, crenças, medos, esperanças, sentimentos, etc. Este panorama ajudará a compreender o universo conceitual da pessoa.

Como nenhuma história se constrói independente, é importante investigar o contexto no qual sua vida está inserida, levando a pessoa a recuperá-lo. Os fatos não podem ser lidos isoladamente, sem um ambiente no qual foram gestados e se desenvolveram. É comum que as pessoas, desejando resolver um problema atual, queiram julgá-lo apenas sob a perspectiva do desejo ou da consciência momentânea, desconsiderando, no entanto, uma série de elementos presentes na sua história, na formação religiosa, nas vivências, nos sentimentos que podem, o que normalmente acontece, trazer pistas concretas da resposta que se busca unicamente no agora.

Conhecer a história da pessoa é importante para compreender o confronto entre as opções de vida que buscam satisfazer o desejo atual (“Seja feliz, porque você merece”, “Não deixe que ninguém acabe com os seus sonhos”) e as opções nascidas nas tradições pessoais, familiares e religiosas que formam a bagagem existencial da pessoa. É nesse sentido que se torna fundamental realizar uma investigação acurada e precisa sobre as *mediações* nas quais a vida do(a) dirigido(a) está imersa.

A título de exemplo, a um(a) religioso(a) que esteja passando por uma crise vocacional pode-se perguntar qual o significado da Vida Religiosa para ele(a), ou que imagem lhe vem à mente quando pensa em um(a) religioso(a) ou quando se pensa como tal, qual a lembrança mais forte que ele(a) tem de sua caminhada vocacional, qual foi seu sentimento no momento da Profissão Religiosa, do que ele(a) sente falta no estado de vida atual para perceber-se em crise, que valor tem a renúncia e a doação de si mesmo(a), o que Deus lhe tem falado ao coração quando reza, o que mais lhe atrai em experiências diferentes daquela que está vivendo por conta de sua consagração.

Logicamente, estas perguntas podem soar como uma investigação desnecessária ou mesmo temerária do íntimo da pessoa, e não precisam ou devem ser feitas de forma direta. Importante, no entanto, é ajudar a pessoa a descobrir o que subjaz ao desejo de deixar sua vocação ou à constatação de incompletude a

partir das mediações pessoais, uma vez que, é preciso repetir, somos geralmente movidos por aquilo que nos toca o coração, pelo que nos afeta no sentido mais literal da palavra (*affectus*).²²³ O confronto dos afetos à luz de Deus na oração ajudará a pessoa a discernir com maior clareza o que está acontecendo dentro dela e o que Deus lhe pede no momento presente de sua vida.

7. *Indiferença positiva*. No que foi descrito até agora deve residir a *indiferença*²²⁴ do(a) diretor(a) em relação ao resultado da conversa, primeiramente porque sabemos o quão frágil e lento é o efeito da reflexão sobre a vontade e a prática, e depois porque o sucesso na condução do processo dependerá da abertura da pessoa à ação do Espírito Santo mais do que da indústria do(a) diretor(a). Isso faz com que aquele que oferece ajuda não se sinta responsável pelo processo alheio e aprenda a confiar na comunicação de Deus com a pessoa que está auxiliando.

8. *Representatividade eclesial*. O(a) pai/mãe espiritual, procurado dentro de um templo ou no contexto eclesial, é um(a) representante privilegiado(a) da Igreja. Não deve sentir-se orgulhoso(a) por isso. Pelo contrário, precisa antes reconhecer a gravidade da posição que assume na medida em que acolhe uma pessoa. Ali, cessam as opiniões pessoais, o estado de ânimo, as posturas ideológicas. Em última instância, esta pessoa age *in persona Christi*, porque está fazendo o que Jesus sempre fez, acolher as pessoas, escutá-las, direcioná-las para o Pai. Ao mesmo tempo, age *in persona Ecclesiae*, não lhe sendo permitido falar ou pensar além do que ensina ou pratica a Igreja. Nesse sentido, tem uma grande responsabilidade, para a qual pode e deve contar com a assistência do Espírito Santo. Se possível, comece um encontro, por mais simples que seja, com uma oração, pedindo a luz do Espírito Santo²²⁵, pois, durante aquele encontro, a pessoa que o(a) procura está, na verdade, à procura do próprio Deus.

9. *Comunitariedade*. Até este ponto já nos é possível reconhecer o valor da Direção Espiritual como um processo de educação para a alteridade. Embora a pessoa traga seus questionamentos e anseios, ela *não deve buscar solucioná-los de*

²²³ Sobre o conceito de *affectus*: GUILHERME de St-Thierry. Carta de Ouro, p. 189.

²²⁴ Tomamos a palavra *indiferença* emprestada dos Exercícios Espirituais de Santo Inácio de Loyola. Segundo ele, estar indiferente é “não querer mais saúde que enfermidade, riqueza que pobreza, honra que desonra, vida longa que vida breve” (cf. EE 23,6). Em resumo, indiferença para Santo Inácio é ausência de expectativas em relação a algo.

²²⁵ “O discernimento não é uma [auto]análise presunçosa, uma introspecção egoísta, mas uma verdadeira saída de nós mesmos para o mistério de Deus, que nos ajuda a viver a missão para a qual nos chamou a bem dos irmãos” (GE 175).

forma isolada, autossuficiente, mesmo porque seria contraditório com o fato de pedir ajuda. Pode-se inclusive utilizar, como critério para descobrir a vontade de Deus, a fórmula que os fiéis repetem em cada Celebração Eucarística: que as decisões tomadas sejam “para a glória do Nome de Deus, para o bem da pessoa e de toda a Santa Igreja”.²²⁶ Saindo desta relação interpessoal, foge-se ao propósito desejado por Deus de que vivamos em comunhão. Por isso, a figura do(a) diretor(a) espiritual surge como sacramento de Cristo para ajudar a pessoa a confrontar-se com a própria história, com Deus, com os outros, de modo que sua vida não seja considerada apenas na perspectiva individual, mas comunitária em sentido amplo.

10. *Discernimento*. Com a mediação eclesial, na figura do(a) pai/mãe espiritual, a pessoa é convidada a *assumir a própria história e as consequências de suas escolhas*, perante Deus, perante si mesmo, os outros e o mundo. Como não é tarefa simples, ela precisa ser acompanhada com toda paciência e ajuda para exercitar o dom do discernimento. Eis o que diz o Papa Francisco:

A comunidade evangelizadora dispõe-se a “acompanhar”. Acompanha a humanidade em todos os seus processos, por mais duros e demorados que sejam. Conhece as longas esperas e a suportação apostólica. A evangelização patenteia muita paciência, evita deter-se a considerar as limitações.²²⁷

Hoje mais do que nunca precisamos de homens e mulheres que conheçam, a partir da sua experiência de acompanhamento, o modo de proceder onde reinem a prudência, a capacidade de compreensão, a arte de esperar, a docilidade ao Espírito, para no meio de todos defender dos lobos as ovelhas a nós confiadas que tentam desgarrar o rebanho. Precisamos de nos exercitar na arte de escutar, que é mais do que ouvir. [...] Só a partir da escuta respeitosa e compassiva é que se pode encontrar os caminhos para um crescimento genuíno, despertar o desejo do ideal cristão, o anseio de corresponder plenamente ao amor de Deus e o anelo de desenvolver o melhor de quanto Deus semeou na nossa própria vida.²²⁸

11. *Maturidade*. Na medida em que a pessoa for se desenvolvendo no processo de integração pessoal e no descobrimento da vontade de Deus, o movimento natural é que passe a *depende menos do contato com seu(sua) diretor(a) espiritual*. Isto não somente é esperado, mas almejado, não porque a pessoa se torna autônoma e autossuficiente, mas porque deixa de necessitar daquela mediação específica, que é o(a) diretor(a) espiritual, e passa a se relacionar mais diretamente com Deus, reintegrando-se também por meio das relações com os outros. Não se trata de perfeição – portanto, sempre haverá espaço para retornar ao(à) pai/mãe espiritual –, mas, assim como uma criança, ao crescer e se

²²⁶ CONGREGAÇÃO PARA O CULTO DIVINO. Missal Romano, p. 404.

²²⁷ EG 24.

²²⁸ EG 171.

desenvolver, fica menos dependente dos pais, o mesmo acontece na dinâmica espiritual. Nesse momento, já não mais a figura do(a) pai/mãe faz a mediação eclesial, mas a pessoa mesma, tendo se redescoberto e reaprendido a valorizar o outro, passa a se relacionar diretamente com os irmãos, na Igreja e na vida cotidiana.

12. *Validade*. Uma pergunta se impõe: a Direção Espiritual é necessária por toda a vida, ou, assim como nos tratamentos médicos, existe alta, um encerramento das atividades? Podemos responder de duas formas:

a) Se pensamos enquanto *método*, ou mesmo como necessidade estrita, podemos responder que *não*. Como qualquer processo de evolução pessoal, o ideal é que, à medida que ganhe estrutura, o ser humano vá se tornando independente, autônomo, capaz de guiar-se por si mesmo.²²⁹ Falando dos religiosos, T. Merton afirma: “Um religioso maduro deverá, normalmente, ser capaz de se dirigir a si mesmo”²³⁰;

b) Por outro lado, considerando que a Direção Espiritual consiste em uma *relação interpessoal*, e que nenhum ser humano deve ser manipulado²³¹ ou utilizado com fins utilitaristas, *sim*, a Direção Espiritual dura por toda a vida, pois a relação não acaba com o progresso espiritual do(a) dirigido(a). A porta sempre ficará aberta, embora se entenda que é natural que a necessidade de recorrer ao(à) diretor(a) diminua. Não é possível dizer que a relação se transforma em amizade porque, assim como acontece em psicoterapia, uma vez que se estabeleça certo grau de intimidade, a relação de paternidade ficará comprometida. No entanto, existe um liame espiritual que mantém os dois unidos para sempre, e este pode ser retomado a qualquer momento da caminhada, mesmo sem uma necessidade específica.

Como resolver esta aparente contradição? Compreendendo que o ser humano sempre está em transformação, evolução. Dessa forma, um pai nunca deixará de ser pai, porque seu filho sempre estará na mesma posição em relação a ele (filho). E, como a relação pai-filho não é apenas funcional, mas supõe uma dimensão afetivo-espiritual que consiste em um laço eterno, podemos dizer que esta ligação tem início, mas não tem fim, ao menos enquanto vivemos o presente. Caso contrário, a Direção Espiritual, que é capaz de personalizar um indivíduo, seria,

²²⁹ SCIADINI, P. A pedagogia da Direção Espiritual, p. 158.

²³⁰ MERTON, T. Direção Espiritual e meditação, p. 29.

²³¹ “Manipular e ser manipulado é sempre algo que fere a dignidade humana” (SCIADINI, P. Op. cit., p. 99).

contraditoriamente, um abuso²³² do outro – no caso, do(a) diretor(a) – manipulando-o(a) com vistas à realização do(a) dirigido(a), e, nesse sentido, todo o projeto estaria fadado ao fracasso por si só.

Por tudo isso, torna-se necessário que nossas comunidades estejam preparadas para esta modalidade pastoral, tão bela quanto necessária, mas que não pode se impor à força da beleza nem da necessidade. A comunidade precisa estar pronta para acolher a seu modo²³³, mas é preciso suplicar ao Senhor que conceda o Espírito Santo, que se manifesta a cada um em vista do bem comum (cf. 1Cor 12,7), suscitando pessoas com o carisma da *discretio spirituum* (discernimento dos espíritos), a fim de edificar a Igreja.

4.4.3. Requisitos para ser um(a) Diretor(a) Espiritual

Em decorrência de tudo o que se refletiu até agora, é necessário nos determos sobre um aspecto fundamental para que o carisma da Direção Espiritual possa se desenvolver e ganhar o espaço necessário em nossas comunidades: levantaremos algumas pistas que nos indiquem sinais do carisma, a fim de pensarmos como ajudar tais pessoas a desenvolverem o dom para servir melhor à Igreja.

Recordemos, neste sentido, que carisma é uma graça especial conferida pelo Espírito Santo, e que não existem sinais exteriores capazes de evidenciar sem dúvida a existência ou não de um carisma. Contudo, a observação de algumas características pode nos ajudar a perceber tendências que vão demonstrando sua existência ou não.

1. *Discipulado*. A primeira característica que evidencia o possível carisma da Direção Espiritual é a sua necessária vinculação a Cristo. É preciso que o(a) diretor(a) tenha intimidade com Deus, desenvolvida por meio da oração. Somente tendo os olhos preenchidos pela luz de Deus, a pessoa será capaz de enxergar sua ação na vida dos outros:

Seu primeiro dever, se quer ser um guia eficaz, é zelar pela sua própria vida interior e se reservar o tempo devido à oração e meditação, desde que jamais poderá dar a outros o que ele mesmo não possui.²³⁴

²³² Cf. p. 32-33 desta dissertação.

²³³ “A missão que se impõe às comunidades paroquiais é rever o relacionamento humano que nelas se estabelece. [...] A evangelização só será possível quando essa acolhida priorizar a escuta do **outro** para conhecer suas angústias e esperanças.” (CNBB, Doc. 100, 259; 263).

²³⁴ MERTON, T. Direção Espiritual e meditação, p. 32.

Além disso, a imersão em Deus fará com que o(a) diretor(a) cultive um silêncio interior necessário para acolher a vida de outros sem precisar de intervir desnecessariamente, o que seria nocivo para ambos.

2. *Eclesialidade*. Paralelamente, deve ser pessoa essencialmente vinculada à Igreja, ou seja, profundamente mergulhado nos conteúdos principais da fé, de forma que não desvie seu(sua) dirigido(a) do caminho apresentado pela Igreja como o cumprimento da vontade de Deus. Nesse ponto, deve esquecer suas opiniões pessoais e ter um conteúdo seguro da fé da Igreja. Não precisa ser douto(a) em especulações teológicas, mas ter sólido conhecimento do Catecismo da Igreja, bem como dos documentos do Magistério e das posições da Igreja frente às questões apresentadas pelo mundo atual, pois estas são recorrentes em especial na fase inicial das conversas de Direção.

3. *Filantropia*.²³⁵ Em seguida, deve ser alguém apaixonado pelo ser humano: deve gostar de estar com os outros, de se relacionar, ser em geral simpático(a), acolhedor(a), amável no trato, sem perder, contudo, a devida reserva: manter a distância saudável para uma relação ao mesmo tempo afetuosa e sem confusão, ser discreto(a), profundamente respeitoso(a) com a história do outro, sensível aos seus problemas e paciente com seus erros. Deve gozar de respeitabilidade e saber usar sua autoridade quando necessário.

4. *Escutatória*.²³⁶ É preciso gostar de escutar, tarefa aparentemente simples, mas na verdade extremamente desafiadora. Para escutar é preciso estar atento, silenciar vozes interiores, juízos de valor e interpretações precipitadas, além de estar inteiramente à disposição do outro. Em muitos casos, não é preciso dizer um grande ensinamento ou uma reflexão sábia. Sobre a arte de escutar, escreve R. Alves:

Ninguém quer aprender a ouvir. [...] Não é bastante ter ouvidos para se ouvir o que é dito. É preciso também que haja silêncio dentro da alma. [...] Talvez, essa seja a essência da experiência religiosa quando ficamos mudos, sem fala. Aí, livres dos ruídos do falatório e dos saberes da filosofia, ouvimos a melodia que não havia, que de tão linda nos faz chorar. Para mim Deus é isto: a beleza que se ouve no silêncio. Daí a importância de saber ouvir os outros: a beleza mora lá também. Comunhão é quando a beleza do outro e a beleza da gente se juntam num contraponto.²³⁷

²³⁵ “A palavra filantropia provém do grego *philantropía* = amor à humanidade), composto por *philos* (amigo ou amante) e *ánthropos* (homem, ser humano). Filantropo é, então, aquele que professa amor a seus semelhantes” (Disponível em: <<http://etimologias.dechile.net/?filantropi.a>>. Acesso em 15 out. 2018).

²³⁶ Tomamos o conceito emprestado de R. Alves, que faz um jogo de palavras relativo à palavra “oratória” (ALVES, R. O amor que acende a lua, p. 65 passim).

²³⁷ Ibid.

Em alguns casos, o máximo que o(a) diretor(a) precisa fazer é demonstrar atenção, afeto, empatia²³⁸, e confirmar que está compreendendo o que lhe diz seu(sua) dirigido(a). Muitas vezes, a pessoa encontra a resposta aos seus questionamentos só pelo fato de sentir-se acolhida e escutar sua própria voz que encontra acolhida em outro coração. Se lembrarmos da forma como Jesus agia, várias perguntas eram devolvidas a quem as fez, demonstrando ter escutado bem, e, nos casos, de cura, declarava: “Tua fé te salvou”, evidenciando que a fé que a pessoa já trazia em si era parte integrante do processo de cura ou de milagre que acontecia no encontro com Ele e através de sua iniciativa salvadora.

5. *Maturidade*. Ainda é importante que o(a) diretor(a) seja alguém com um grau razoável de maturidade humana, conquistada por meio das experiências da vida (por isso, é bom que não seja alguém muito jovem ou inexperiente), especialmente dos próprios insucessos, assim como da capacidade de auto aceitação, pois esta será a ferramenta indispensável para acolher o outro. Ora, maturidade está mais ligada às experiências e oportunidades do que à idade; contudo, entende-se que uma pessoa mais velha possivelmente tenha tido mais experiências de vida. Mesmo assim, tal requisito não é de forma alguma um impedimento para que um(a) jovem possa ser um(a) bom(a) diretor(a), dotado(a) da graça do Espírito Santo, como o jovem profeta Daniel, de quem se disse: “Senta-te no meio de nós e expõe-nos o teu pensamento, pois Deus te deu o que é próprio da ancianidade” (Dn 13,50).

Apresentamos a maturidade como um requisito por conta das questões humanas, como apego ao(à) dirigido(a), ou o medo de não ter sido bom(a) o suficiente, ou ainda a incompreensão diante das falhas ou da falta de vontade do(a) dirigido(a) para empreender o caminho rumo à santificação, além do mecanismo de transferência, como também acontece no processo terapêutico.

6. *Avaliação*. É também importante ter uma capacidade saudável de *autoavaliação* e de avaliação do processo do(a) dirigido(a) que seja capaz, não de medir resultados, mas de comparar etapas, para descrever interiormente os níveis

²³⁸ Do grego *empátheia*, “sentir por dentro”: “tendência para sentir o que sentiria caso estivesse na situação e circunstâncias experimentadas por outra pessoa” (FERREIRA, A. B. H. Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa). Trata-se de um tema atualmente muito explorado, tanto em Comunicação como em Psicologia. Sobre ele, destacamos os seguintes textos: ROSENBERG, M. B. Comunicação não violenta, p. 147 et. seq.; SANTOS, A. H. O poder de uma boa conversa, p. 55 et. seq.

de um processo evolutivo²³⁹, sem se importar com parâmetros de proporção ou temporalidade. A questão é a sensibilidade para acolher o outro e perceber seus movimentos pessoais, os caminhos por onde o Espírito está conduzindo aquele(a) que dirige.

7. *Interdisciplinaridade*. Por último, ajuda bastante ter conhecimento de ciências que descrevem o comportamento humano, em especial duas mais aproximadas: a Comunicação e a Psicologia. A Comunicação, porque é a base material dos encontros de direção, e, mesmo sem palavras, um(a) diretor(a) pode constranger ou demonstrar-se desinteressado(a) do(a) seu(sua) dirigido(a). Como exemplo, citamos o que descreve M. B. Rosenberg, o autor de uma abordagem à qual denomina *Comunicação Não-Violenta*:

Denomino essa abordagem Comunicação Não-Violenta, usando o termo ‘não-violência’ na mesma acepção que lhe atribuía Gandhi – referindo-se a nosso estado compassivo natural quando a violência houver se afastado do coração. Embora possamos não considerar ‘violenta’ a maneira de falarmos, nossas palavras não raro induzem à mágoa e à dor, seja para os outros, seja para nós mesmos.²⁴⁰

Da mesma forma, é bom que tenha alguma noção de Psicologia por questões mais óbvias, para auxiliar no entendimento dos processos da mente humana. Contudo, engana-se quem pensa que tal conhecimento é indispensável²⁴¹, pois um(a) diretor(a) que recebeu o dom da cardiognose, por mais iletrado(a) que seja, não será em nada menos eficaz que um(a) douto(a).²⁴² Um pouco de conhecimento nessas áreas, no entanto, auxilia a estimulação do dom pessoal.

4.4.4. Conclusões

Depois destas observações, façamos algumas considerações finais:

²³⁹ Embora reconheça ser possível, M. Guenther é contrária a que o(a) diretor(a) espiritual faça e mantenha consigo anotações sobre detalhes da vida do(a) dirigido(a) ou anotações de progressos: “Em minha opinião, no entanto, esta é uma das maneiras em que a direção espiritual deve distinguir-se da psicoterapia. Temos que ter um olhar perspicaz, mas não fazemos diagnósticos no sentido clínico, pois nos arriscamos a menosprezar nossos hóspedes espirituais se os reduzimos a sintomas e medições. A pessoa sentada à minha frente é sempre um mistério. Quando rotulo, limito” (GUENHTER, M. Holy listening, p. 19).

²⁴⁰ ROSENBERG, M. B. Comunicação não violenta, p. 21.

²⁴¹ “Não é apenas uma orientação ética, social ou psicológica. E, sim, *espiritual*” (MERTON, T. Direção Espiritual e meditação, p. 18).

²⁴² Herdeiro da tradição inaciana, o Papa Francisco afirma: “É verdade que o discernimento espiritual não exclui as contribuições das sabedorias humanas, psicológicas, sociológicas ou morais; mas transcende-as. [...] Lembremo-nos sempre de que o discernimento é uma graça” (GE 170).

1. Afirmamos que a Direção Espiritual é um *carisma*, conferido pelo Espírito Santo independentemente de condições materiais de quem o recebe, como explica T. Merton: “O pai espiritual substituía o bispo e o presbítero como representante de Cristo. Contudo havia uma diferença, pois nada de hierárquico existia nessa função. Era pura e simplesmente carismática”.²⁴³

Assim, superamos a antiga compreensão de que somente os sacerdotes podem ser diretores espirituais²⁴⁴, e, mais ainda, a concepção de que todos os sacerdotes têm este carisma. É verdade que, como nos recorda A. Grün, no passado havia dois modelos de Confissão, a saber, a Confissão de orientação espiritual (que aqui chamamos de Direção Espiritual) e a Confissão de devoção (mais tarde chamada de Confissão Sacramental). Com o passar do tempo, a Confissão de orientação espiritual foi abandonada, em certo sentido, sobressaindo o modelo sacramental, que incorporou em parte o caráter de orientação.²⁴⁵ Assim, instaurou-se a ideia de que somente os sacerdotes tinham a faculdade para ser diretores espirituais, prática estranha se pensamos na história do Cristianismo. É urgente, portanto, redescobrir a Direção Espiritual como carisma suscitado pelo Espírito Santo, para o bem de toda a Igreja.

2. Devido à clericalização dos mosteiros, como já mencionado, a Direção Espiritual foi institucionalizada como uma exigência dos que praticavam a Vida Religiosa. Ora, é fato histórico que a Direção Espiritual se desenvolveu, após o deserto, nos mosteiros, razão pela qual os religiosos e religiosas a adotaram como exigência fundamental.²⁴⁶ No entanto, especialmente na atualidade, ela pode e deve ser explorada como rico instrumento de descoberta de si mesmo e da vontade de Deus para todos os fiéis que desejarem fortalecer sua experiência com Deus. A busca dos leigos tem sido crescente neste sentido, e é preciso que haja diretores “aptos a ganhar as almas”²⁴⁷ a fim de ajudá-los.

3. Existem atualmente cursos acadêmicos que visam formar cristãos de diferentes estados de vida na compreensão da Direção Espiritual, sobretudo enquanto arte. Mas uma arte não se ensina em sala de aula. Por isso, defendemos a

²⁴³ MERTON, T. Op. cit., p. 16 et. seq.

²⁴⁴ PLUS, R. La Direzione Spirituale, p. 9; SCIADINI, P. A pedagogia da Direção Espiritual, p. 144 et. seq.

²⁴⁵ GRÜN, A. Perdoa a ti mesmo, p. 97 et. seq.

²⁴⁶ MERTON, T. Direção Espiritual e meditação, p. 27; 29.

²⁴⁷ RB 58,6.

ideia de que é importante criar o que chamamos *oficina de diretores espirituais*, entendendo que é em uma oficina que se pratica uma habilidade e se desenvolve uma arte. Nesta, poder-se-ia desenvolver um cronograma de atividades que contemplassem uma formação teórica básica, com disciplinas como História, Teologia e noções de Psicologia, ao mesmo tempo em que se faria uma triagem paralela por meio de dinâmicas que buscassem perceber o nível de maturidade dos alunos para prosseguir na formação. Uma vez transcorrida a primeira fase, continuar-se-ia a formação técnica acompanhada de estágios supervisionados, que favorecessem aos alunos o desenvolvimento de suas aptidões na prática, aprendendo com os erros e apoiando os colegas em suas descobertas.

Ao encerrar este capítulo, vale a pena degustar a forma poética com que M. Guenther escreve sobre a Direção Espiritual e a necessária preparação dos diretores espirituais antes de receber um(a) dirigido(a). Este texto abre nossa percepção para compreender o que significa chamar a Direção Espiritual de arte:

Como todos nós, a pessoa que procura direção espiritual está em uma jornada. Desde a expulsão do Éden, temos sido um povo em movimento, apesar das tentativas de auto ilusão que temos de dizer que já chegamos. Nós seguimos os passos do Senhor peregrino, sempre a caminho, com nossos rostos virados resoluta ou relutantemente em direção a Jerusalém. A mobilidade é o nosso modo de vida. [...] Fisicamente, a nossa vida é uma viagem. Espiritualmente também; estamos sempre a caminho, *in via*, quando suspiramos por estar *in patria*. Somos viajantes e estamos cansados e com saudades de casa. [...]

É um fato da vida que os viajantes não podem sobreviver confortavelmente sem hospitalidade. Não obstante seus prudentes planejamentos e seus abundantes suprimentos, se a viagem continua por tempo suficiente, eles precisarão dos cuidados de um anfitrião, alguém que ofereça um lar temporário como um lugar de descanso e frescor. Assim, Abraão ofereceu água a seus visitantes angelicais para lavar a poeira de seus pés, pães frescos e carne para aliviar a fome. [...] Mesmo a pessoa mais autossuficiente não pode escapar a essa necessidade de hospitalidade. [...]

Os hóspedes nos fornecem uma disciplina útil. Deixados por conta própria, podemos caminhar sem parar em torno da desordem e imundícia, prometendo fazer algo sobre o estado da nossa casa em algum momento, mas não agora. Podemos até vir a amar o nosso lixo abandonado. [...] Mas quando um convidado de honra está chegando, nós carregamos o lixo, recolocamos objetos em seus lugares e criamos um espaço organizado, limpo e acolhedor. Assim também acontece com diretores espirituais. A primeira tarefa a ser feita é uma faxina, criar nossa própria ordem interna. Devemos nos conhecer bem, nossos cantos escuros e nossos lugares sem ar – os pontos onde a poeira se acumula e o bolor começa a crescer. Não é suficiente empurrar o nosso lixo para dentro do armário e fechar a porta, nem baixar as cortinas e apagar as luzes para que a sujeira não apareça, embora estes sejam alguns truques tentadores para dedicados cuidadores de casas e de almas. Não, temos que limpar nossa casa e, em seguida, manter a limpeza para que possamos ter um lugar digno quando convidamos outras pessoas para descansar e se refrescar.²⁴⁸

²⁴⁸ GUENTHER, M. Holy listening, p. 9 passim.